



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

DECRETO Nº 9169
de 27 de outubro de 2010

(Regulamenta a gratificação de desempenho e produtividade médica criada pela Lei n.º 4099, de 14 de setembro de 2010)

PALMINIO ALTIMARI FILHO, Prefeito Municipal de Rio Claro, Estado de São Paulo, usando das disposições contidas no artigo 79, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro e,

CONSIDERANDO o Artigo 9º da Lei n.º 4099, de 14 de setembro de 2010, que estabelece a necessidade de regulamentação,

DECRETA:

Artigo 1º - A gratificação instituída para os ocupantes dos cargos de que trata a Lei n.º 4099, de 14 de setembro de 2010, será paga na forma regulamentada neste Decreto.

§ 1º - O profissional médico deverá solicitar, mediante requerimento dirigido ao Presidente da Fundação Municipal de Saúde/Secretário Municipal de Saúde, a referida gratificação da lei em epígrafe, conforme ANEXO I, do presente Decreto.

§ 2º - No respectivo requerimento o profissional médico apontará qual é a gratificação que deseja e a forma como vai cumprir as exigências estabelecidas, baseado nos critérios do presente Decreto e na legislação em vigor.

Artigo 2º - A gratificação estabelecida pela Lei em epígrafe será paga mediante o atendimento aos critérios definidos no presente Decreto, bem como por normas técnicas complementares estabelecidas pelo Secretário/Presidente da FMSRC.

Artigo 3º - Os critérios para o recebimento da gratificação estabelecida na Lei n.º 4099, de 14 de setembro de 2010 são os seguintes:

TIPO I – Gratificação de 1 (uma) vez o valor da menor referência salarial (CNA1):

a) Atendimento da demanda mínima na unidade de saúde estabelecida em 80 (oitenta) consultas por semana ou 320 (trezentos e vinte) consultas por mês, e;

b) A forma de atendimento mencionado no item anterior poderá ser de 2 (duas) formas:

1 - 5 (cinco) vezes por semana, sendo 16 (dezesseis) pacientes/dia ou período;

2 - 4 (quatro) vezes por semana, sendo 20 (vinte) pacientes/dia ou período;



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

DECRETO Nº 9169
de 27 de outubro de 2010

2.

TIPO II – Gratificação de 2 (duas) vezes o valor da menor referência salarial (CNA1):

c) Cumprimento do item a) e b) mencionados acima, e;

d) Cumprimento de metas resolutivas: 1 - número de encaminhamentos para outras especialidades inferior a 15% de seus atendimentos; 2 - número de requisições de exames dentro do preconizado pelo Ministério da Saúde; 3 - acolhimento e humanização aferido pelo grau de satisfação da comunidade usuária e ausência de reclamações; 4 - participação em seminários, cursos, congressos de atualização profissional, reuniões de equipe e 5 - trabalho em equipe aferido pelo nível dos relacionamentos interpessoais com os diversos profissionais da unidade.

TIPO III – Gratificação de 3 (três) vezes o valor da menor referência salarial (CNA1):

e) Cumprimento do Item a), b), c) e d) mencionados acima, e;

f) Atendimento de demanda espontânea, não agendada, sem limites de consultas, limitado ao rigoroso cumprimento de, pelo menos, uma das alternativas abaixo:

1) 4 (quatro) horas por dia ou período na unidade de saúde;

2) 5 (cinco) horas por dia ou período na unidade de saúde.

§ 1º - No requerimento do profissional médico, ANEXO I, o mesmo mencionará qual tipo de gratificação o mesmo vai requerer e deverá atender aos critérios estabelecidos no tipo solicitado – TIPO I, II ou III.

§ 2º - No caso do profissional médico não atingir aos critérios estabelecidos por, pelo menos, 3 (três) meses consecutivos, cessará a gratificação, até a nova opção do médico por outro tipo de gratificação inferior ao anteriormente solicitado.

§ 3º - Não há nenhuma limitação quanto ao encaminhamento dos pacientes, quando o profissional médico assistente julgar necessário, nem nenhum impedimento quanto a solicitar os exames que julgar necessários.

§ 4º - Caso o número de encaminhamentos ou de solicitações de exames ultrapassem o preconizado pelas metas referenciais, o respectivo profissional será contactado, num primeiro momento, afim de que possam manifestar suas justificativas, sendo se necessário, a partir de então, orientado quanto a necessária adequação. Neste primeiro momento, por exceder aos parâmetros, o profissional não perderá o direito à referida gratificação, entretanto, se após a devida orientação e sem justificativa pertinente persistir fora das metas referenciais perderá então a referida gratificação do mês em análise.

§ 5º - Os parâmetros preconizados pelo Ministério da Saúde como recomendáveis e que serão assumidos como metas referenciais para atribuição dos critérios de solicitação de exames e o detalhamento deste critério técnico será definido pelo Presidente/Secretário Municipal de Saúde.



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

DECRETO Nº 9169
de 27 de outubro de 2010

3.

§ 6º - As reclamações quanto ao acolhimento e os problemas de relacionamentos interpessoais não serão indiscriminadamente aceitas sem uma prévia análise por parte da Coordenação/Diretoria da Atenção Básica, para que só então possam implicar em comprometimento da referida gratificação.

§ 7º - Será estimulada a participação em evento de caráter científico - 1 (um) - no ano, cabendo como justificativa para o não atendimento do item a), no mês correspondente, após autorização oficial da dispensa de ponto pela Diretoria Médica da Atenção Básica/Diretoria Geral de Assistência Médica.

Artigo 4º - A forma de apuração dos critérios estabelecidos no Artigo anterior será dada pelas agendas médicas e por relatório circunstanciado do coordenador técnico-administrativo da unidade de saúde, conjuntamente à análise e aprovação da Coordenação e ou Diretoria Médica da Atenção Básica.

§ 1º - O relatório circunstanciado deverá conter as metas quantitativas e qualitativas mencionadas nos critérios acima, a fim de permitir e concluir se o referido profissional atendeu plenamente aos critérios estabelecidos.

§ 2º - O relatório circunstanciado do coordenador técnico-administrativo será válido como documento oficial para a aferição dos critérios mencionados, além da agenda médica diária respectiva, folha ponto e de outros instrumentos adicionais a serem criados.

§ 3º - Caberá ao coordenador técnico-administrativo encaminhar o referido relatório, em conjunto com as agendas médicas, para apreciação da Coordenação da Atenção Básica até o 3º dia útil do mês subsequente, que deverá repassá-lo após análise até o 5º dia útil para o Departamento Pessoal/RH da Fundação Municipal de Saúde.

Artigo 5º - No caso do profissional médico não completar no mês os critérios estabelecidos no Artigo 3º que foram requeridos, a referida gratificação não será paga no mês subsequente, não cabendo qualquer proporcionalidade nesse caso.

Artigo 6º - O valor da gratificação será reduzido proporcionalmente, se durante o mês, o profissional faltar justificadamente, desde que atendidos os critérios estabelecidos no Artigo 3º do presente Decreto, conforme estabelece a Lei em epígrafe.

Parágrafo Único - Caberá ao coordenador técnico-administrativo da unidade onde o profissional está lotado, anotar e num primeiro momento, avaliar e avalizar a falta justificada, apontando-a no relatório circunstanciado, sem prejuízo das atribuições do Serviço de Atendimento ao Servidor – SAS.

Artigo 7º - O valor da gratificação não será pago no mês subsequente, se o profissional faltar injustificadamente, conforme estabelece a Lei em epígrafe em seu Artigo 2º, § 2º.

Secretaria Municipal de Saúde



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

DECRETO Nº 9169
de 27 de outubro de 2010

4.

Parágrafo Único - Caberá ao coordenador técnico-administrativo onde o profissional está lotado, registrar e avaliar a falta injustificada, apontando no relatório circunstanciado e na folha-ponto ou outro mecanismo de registro da presença, comunicando tal fato à Coordenação da Atenção Básica e à Diretoria Médica da Atenção Básica.

Artigo 8º - Caberá ao Coordenador técnico-administrativo da unidade, além das atribuições prevista na legislação em vigor:

I - Zelar pelo cumprimento das normas internas estabelecidas pela Secretaria/Fundação Municipal de Saúde;

II - Orientar os profissionais médicos sobre as exigências regulamentares para a concessão da presente gratificação,

III - Registrar diariamente as ocorrências envolvendo os profissionais e cientificá-los dos seus reflexos no valor da gratificação da Lei em epígrafe.

Artigo 9º - O Secretário/Presidente da Fundação Municipal de Saúde de Rio Claro poderá estabelecer normas complementares com vistas ao integral cumprimento das disposições previstas neste decreto.

Artigo 10 - As despesas decorrentes da execução deste decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Artigo 11 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Claro, 27 de outubro de 2010

Engº PALMINIO ALTIMARI FILHO
Prefeito Municipal

GUSTAVO RAMOS PERISSINOTTO
Secretário Municipal dos Negócios Jurídicos

Publicado na Prefeitura Municipal de Rio Claro, na mesma data supra.

JOSÉ RENATO GONÇALVES
Secretário Municipal de Administração



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

ANEXO I

Eu, _____, médico, CRM _____, lotado na unidade básica de saúde _____, requiro a Gratificação de desempenho e produtividade médica estabelecida pela Lei n.º XXX, de XX de setembro de 2010.

Requiro a Gratificação Tipo () I () II () III

Para o recebimento da referida gratificação, me comprometo a atender aos critérios estabelecidos no Decreto Regulamentador da referida Lei.

Estou ciente e de acordo com os critérios estabelecidos no Decreto regulamentador, não cabendo qualquer exceção.

No caso de não atendimento dos critérios estabelecidos, estou ciente de que não terei direito ao recebimento da mesma no mês subsequente.

Médico:

Matricula:

CRM: